

A SALA DE RECURSOS: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES ACERCA DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES DEFICIENTES VISUAIS

VANDERLEI BALBINO DA COSTA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS).

Resumo

O estudo teve como meta identificar o que é uma sala de recursos, onde e como ela pode e deve atuar, e qual é a sua principal função nos sistemas educacionais inclusivos. Assim a pesquisa se justifica a partir do momento em que, ao nos reportarmos ao Brasil, tendo como referencial a LDB 9394/96 e os documentos do MEC, vemos a possibilidade de que nas escolas brasileiras o processo de inclusão possa se efetivar, principalmente mediante os diversos serviços oferecidos por essas instâncias governamentais, como: sala de recursos, ensino itinerante, ensino colaborativo e consultoria colaborativa que atuam em parceria com o ensino regular onde se encontram matriculadas as pessoas com deficiências. Baseando-se nos estudos de Arnal e Mori (2007), Almeida e Rocha (2008), Prieto e Sousa (2007), Silva (2006) e Costa (2009), entre outros, o referencial proposto visou apontar algumas contribuições que a Sala de Recursos pode oferecer ao sistema inclusivo de educação. A questão de pesquisa foi: quais as práticas pedagógicas que vem se desenvolvendo nas salas de recursos das escolas da rede básica e como essas vem contribuindo para o ingresso, sucesso e permanência escolar dos/as estudantes com deficiência visual matriculados/as no ensino regular da cidade de São Carlos/ SP? Os objetivos foram: conhecer as atividades pedagógicas desenvolvidas pelos/as docentes que atuam nas três salas de recursos na cidade de São Carlos/ SP; analisar se as atividades pedagógicas desenvolvidas contribuíram para que os/as estudantes com deficiência visual incluídos/as pudessem se manter no ensino regular. O estudo priorizou a pesquisa qualitativa baseando-se nos princípios filosóficos da fenomenologia. Deste modo observamos docentes que atuam nas salas de recursos relatando em notas de campo nossas percepções acerca das atividades desenvolvidas nessas salas. Outro procedimento foi entrevistar docentes que atendem nessas salas os/as estudantes deficientes visuais matriculados no ensino regular.

Palavras-chave:

Sala de Recursos, Inclusão Escolar, Deficiência Visual.

Introdução

O presente estudo resulta de uma vivência realizada nas salas de recursos da rede básica da cidade de São Carlos/SP, durante os meses de maio e junho de 2009. Nesse estudo, procuramos observar e, posteriormente, entrevistar docentes que atuam nas salas de recursos, dando suporte aos estudantes deficientes visuais que se encontram matriculados no ensino regular, bem como, aos docentes que estão ministrando aulas no ensino comum na rede básica em escolas do ensino fundamental e médio nesse município.

No ano de 1990, ocorreu a Convenção Mundial de Educação Para Todos (JOMTIEM/TAILÂNDIA, 1990). É relevante ressaltar que nessa convenção as Nações Unidas fizeram aprovar em assembléia importantes artigos que passaram a garantir

direito e democratização do ensino para todos, independentemente das diferenças particulares e/ou individuais dos(as) estudantes.

A mesma década marcou de forma significativa a educação em seu sentido amplo. Em se tratando da educação especial, esta, por sua vez, passou por diversas transformações, principalmente, por ser nessa década que tivemos ao nível mundial duas convenções internacionais que marcaram o processo de inclusão escolar de todas as pessoas em situação de deficiência nos vários continentes.

Num rápido olhar para a Declaração Mundial de Educação Para Todos (JOMTIEM/TAILÂNDIA, 1990) e a Declaração de Salamanca (ESPANHA, 1994), fica claro qual é a verdadeira função da escola que é constituída para atender a todos. Nesse sentido, de acordo com Costa (Costa, 2009):

basta observar que as Declarações defendem que toda criança tem direito à educação e ao acesso aos conhecimentos e que as escolas devem acolher todos e todas, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Destacam o entendimento de que a expressão “necessidades educativas especiais” refere-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem. Encerram que as escolas têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as com deficiências graves. (p.95)

Para enriquecer o diálogo, o que é uma sala de recursos nos sistemas inclusivos? Onde e como ela pode e deve atuar? Qual é a sua principal função nos sistemas educacionais inclusivos? Penso que, diante das indagações, a sala de recursos não pode ser um mecanismo de segregação das pessoas deficientes que se encontram matriculadas no ensino regular, mas sim atuar no sentido de propiciar o acesso, sucesso e permanência de todos(as) as pessoas que frequentam o ensino regular escolar.

Assim, de acordo com Viñao Frago (VINÃO FRAGO, 1998), justifica-se que os sistemas inclusivos, ou em qualquer nível de ensino, a sala de recursos configura-se como:

Um serviço de apoio pedagógico especializado, no qual o professor realiza a complementação ou suplementação curricular, usando procedimentos e materiais específicos. Neste sentido, a Sala de Recursos é um espaço de investigação e compreensão dos processos cognitivos, sociais e emocionais, visando a superação das dificuldades de aprendizagem e o desenvolvimento de diferentes possibilidades dos sujeitos.

Neste escopo, nos sistemas de educação inclusivos, a sala de recursos configura-se em um espaço, situado na escola de ensino regular, destinado a receber alunos integrados em turmas regulares, sendo delas retirados, muitas vezes dentro dos tempos lectivos, para, em pequenos grupos ou individualmente, receberem apoio em número de vezes semanal variável, consoante os casos (p.65).

No sistema educacional, em especial nos anos 70, do século XX, nos Estados Unidos, e na década seguinte no Brasil, foram criadas as salas de recursos com o intuito de atender as pessoas em situação de deficiência que começavam a frequentar o ensino regular. Assim, a opção pela sala de recursos tem por escopo suscitar algumas reflexões sobre a prática docente daqueles supostamente especializados que atendem essa clientela.

A origem da sala de recursos, no Brasil, começou a ser pensada em meados da década de 1970, tendo como um dos princípios básicos a literatura americana que já se encontrava especializada, visto que já havia em curso alguns debates acerca dos processos de segregação que eram levados a cabo em outras modalidades.

Historicamente, a constituição da sala de recursos se deu no Brasil nos anos de 1980 configurando-se em uma alternativa ao processo de segregação que as pessoas com deficiências enfrentavam no cotidiano. Em síntese, a sala de recursos é o espaço pedagógico, no qual os(as) estudantes, com alguma deficiência, buscam superar os limites e lacunas que ainda perduram no ensino regular.

Obviamente na educação inclusiva, entre tantas as propostas, desfilam a idéia de que o melhor lugar para as pessoas em situação de deficiência é o ensino regular. Partindo dessa premissa, Mazzota (MAZZOTA, 1982), comenta:

a sala de recursos, como o ensino itinerante, é uma modalidade classificada como auxílio especial. Como o próprio nome diz, consiste em uma sala da escola, provida com materiais e equipamentos especiais, na qual um professor especializado, sediado na escola, auxilia os alunos excepcionais naqueles aspectos específicos em que precisam de ajuda para se manter na classe comum. O professor da sala de recursos tem uma dupla função: prestar atendimento direto ao aluno e indireto através de orientação e assistência aos professores da classe comum, às famílias dos alunos e aos demais profissionais que atuam na escola. Mediante esta modalidade de atendimento educacional, o aluno é matriculado na classe comum correspondente ao seu nível de escolaridade. Assim sendo, o professor especializado deve desenvolver o seu trabalho de forma cooperativa com os professores de classe comum. (p.48)

Vista de um ponto, a inclusão das pessoas em situação de deficiências requer da escola, dos docentes, da comunidade escolar mudanças de concepções. Neste sentido, a sala de recursos constitui-se como um importante espaço pedagógico ao processo de inclusão escolar dos(as) deficientes, em especial, nesse estudo, os(as) deficientes visuais.

Assim, de forma ampla, a constituição da sala de recursos objetiva, exatamente, atender as pessoas que estão frequentando o ensino regular, visando obviamente expandir seu conhecimento, oportunizando que os(as) estudantes possam desenvolver suas capacidades a fim de superar as lacunas que ainda existem no ensino regular.

O estudo se justifica a partir do momento em que, ao nos reportarmos ao Brasil, tendo como referencial a LDB 9394/96 e os documentos do MEC, vemos a possibilidade de que nas escolas brasileiras o processo de inclusão possa se efetivar, principalmente mediante os diversos serviços oferecidos por essas instâncias governamentais. Entre esses podemos destacar: o ensino itinerante, a sala de recursos, o ensino colaborativo e a consultoria colaborativa, que atuam em parceria com o ensino regular onde se encontram matriculadas as pessoas com deficiências.

Justifica-se este trabalho mediante os estudos de Kirk e Gallagher (KIRK; GALLAGHER, 1987) que defendiam que a sala de recursos deveria primar por um ambiente menos restritivo:

defendendo o “oferecimento do ensino especial em um ambiente o mais próximo do normal que possibilite o domínio do conteúdo e das habilidades”, assim, a sala de recursos seria “geralmente uma sala de aula pequena para a qual se indica um professor especial e para qual as crianças vão por curtos períodos diários para um trabalho especial”. (p.56-57)

Nos parece relevante insistir que a sala de recursos atua como uma importante aliada ao ensino regular. Também é necessário reafirmar que, sem ela, o ensino regular estaria repleto de lacunas, dado o despreparo seja da escola, seja dos docentes que atuam na educação inclusiva. Partindo dessa premissa, Silva (SILVA, 2006) faz a seguinte consideração:

Regulada por tempos escolares, a organização pedagógica da Sala de Recursos tem por função, primeiramente, dissipar as dificuldades impeditivas da aprendizagem pelas quais os alunos são encaminhados, independentemente da natureza delas. [...] Em outras palavras, ela não deve responder às exigências que acompanham e justificam um processo de ensino do qual ela devia ser a problematizadora. (p.04-05)

Não compartilhamos da tese de que a sala de recursos deve se configurar como um espaço diferenciado do ensino regular. Se assim for, penso ser ela um elemento segregador ao sistema educacional que por objetivo pretende ser inclusivo. Por mais que sua função seja a de atender os estudantes em horários opostos ao do ensino regular, esta não pode ser e parecer distante da educação escolar centrada nos princípios da inclusão.

Ao longo da história da Educação, homens e mulheres foram sentindo a necessidade de construir um espaço, no qual fosse possível trocar experiências, elaborar o saber, sistematizar o conhecimento.

A construção da escola se configurou como um espaço significativo ao processo de aquisição do saber em todos os sentidos. Partindo dessa premissa, levantam-se aqui algumas indagações: o que é a escola? Segundo Nóvoa (NÓVOA, 1997):

A escola sempre foi considerada um lugar de cultura. Antes, numa concepção idealizada, ela era vista como o lugar de aquisição de conhecimentos e de normas “universais”. Depois, numa perspectiva crítica, como lugar de inculcação ideológica e de reprodução social. O fato é que a escola está sempre vinculada à formação de pessoas, à produção de indivíduos e subjetividades. (p.125)

Entre as ofertas dos diversos serviços aos estudantes que se encontram matriculados no ensino regular, destaca-se o trabalho do(a) docente que atua na sala de recursos. Mas o que é preciso para que esse profissional possa trabalhar nesse ambiente educacional? Esses(as) docentes ao se disporem a trabalhar nas salas de recursos, devem passar por cursos de capacitação, seminários, encontros, palestras, cursos de especialização e formação continuada. A problemática recorrente nessa trajetória é que, diferente dos docentes que atuam nas salas de recursos, o profissional do ensino regular não recebe formação específica para atuar com pessoas em situação de deficiência, ou seja, sua formação é fragmentada no que tange esse serviço especializado.

O trabalho em parceria da sala de recursos com o ensino regular tende a trazer bons resultados quando há, pelos docentes que atuam nesses ambientes educacionais, um processo que ousamos chamar de mediação profissional.

Assim sendo, o reconhecimento da mediação entre os dois setores sala de recursos/ensino regular, expressa e fortalece o trabalho pedagógico no qual as atividades aplicadas, o conhecimento especializado, preparação de técnicas apropriadas, metodologias adequadas entre tantas outras são contributos somatórios ao processo de inclusão. Partindo dessa premissa, Silva (SILVA, 2006) comenta:

A prática pedagógica na sala de aula não seria apenas a concretização de uma perspectiva teórica, nem mesmo de regras de ação, pois são os comportamentos e as atitudes de professores e de alunos, em variadas situações da prática escolar, que forjam a especificidade da educação. (p.15)

O problema é que as salas de recursos parecem produzir e reproduzir um embate de culturas pela imposição de seu modelo, diante daquele produzido pela escola regular que supostamente é homogeneizante, não quer mudar, resistem às mudanças mantendo-se fechada, quase sempre centrada no paradigma da normalidade/perfeição. Assim, Costa (COSTA, 2009) afirma que o diálogo entre docentes de diferentes contextos de aprendizagem é possível se efetivar na escola desde que haja nesses segmentos a mediação. Seja lá como for, a adoção da sala de recursos nos sistemas inclusivos ainda gera embates de alguns teóricos. De um lado, há aqueles que veem a sala de recursos como um espaço necessário ao processo de inclusão de todos os(as) estudantes que se encontram frequentando o ensino regular.

Por outro lado, há também aqueles que são incisivos em afirmar que se a inclusão está acontecendo na escola, a sala de recursos tende a se tornar um espaço sem utilidade. Postura essa que em hipótese alguma não concordamos, principalmente tendo a clareza que a sala de recursos se constitui em espaços coletivos no qual estudantes e docentes buscam juntos complementar as lacunas que ainda há no ensino regular escolar.

De acordo com Jannuzzi (1992), o progresso acerca do atendimento das pessoas com deficiências é relativamente novo na nossa legislação, principalmente se considerarmos que esse atendimento era centrado em duas vertentes: a médico-pedagógica e a psico-pedagógica. Diante dessa assertiva, Arnal e Mori (ARNAL; MORI, 2007) fazem a seguinte consideração:

As conquistas das pessoas com deficiência são ainda recentes, se consideradas sob o prisma histórico, visto que o avanço se deu praticamente no século XX. Apesar do progresso verificado na legislação quanto aos

direitos dessas pessoas, constata-se que falta muito para que esses direitos sejam efetivados na vida prática. Isso se dá porque, paralelamente ao amparo legal dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, é imprescindível uma mudança de ordem cultural. (p.01)

A constituição da sala de recursos, no sistema educacional, tem como meta atuar como um serviço de suporte ao ensino comum, principalmente no atendimento daquelas pessoas em situação de deficiências que já se encontram matriculadas no ensino regular e que precisam superar as lacunas que ainda existem nesse ensino. Dessa forma a inclusão escolar configura-se como uma proposta que, em sua essência e por excelência, representa valores que legitimam no sistema educacional igualdade de direitos, oportunidade, dignidade e participação de todos(as) nos diversos segmentos sociais. É nesse paradigma que partilhamos da idéia de que a escola inclusiva, entre tantas outras metas, legitima-se diante do reconhecimento da diversidade/ heterogeneidade daqueles indivíduos que a compõem.

Sabendo da importância que a sala de recursos tem para os(as) estudantes que estão matriculados no ensino regular, conhecendo ainda sua relevância no sentido de atender essa clientela no contra-turno do mesmo, decidimos levantar nesse estudo como questão norteadora desta pesquisa:

Quais as práticas pedagógicas que vêm se desenvolvendo nas salas de recursos das escolas da rede básica e como essas vem contribuindo para o ingresso, sucesso e permanência escolar dos(as) estudantes com deficiência visual matriculados(as) no ensino regular da cidade de São Carlos/ SP?

Os objetivos do estudo foram:

- O presente estudo teve como meta realizar uma investigação acerca das salas de recursos que há no município de São Carlos/ SP;
- Conhecer e descrever as atividades pedagógicas desenvolvidas pelos(as) docentes que atuam nas salas de recursos na cidade de São Carlos/ SP;
- Analisar se as atividades pedagógicas desenvolvidas contribuíram para que os(as) estudantes com deficiência visual incluídos(as) pudessem se manter no ensino regular.

Metodologia

O presente estudo buscou fazer uma investigação acerca das salas de recursos existentes no município de São Carlos/SP. Para tanto, fizemos a opção pela pesquisa qualitativa que “[...] se centra na descrição, análise e interpretação das informações recolhidas durante o processo investigatório [...]” (NEGRINE, 2004: 61).

Baseando nos princípios filosóficos da Fenomenologia, entendemos que esta busca a obtenção de uma compreensão, de uma consciência de alguma coisa e então não estabelece critérios de verdade e/ou falsidade diante das proposições dos sujeitos (Husserl, 1975).

Nosso primeiro procedimento foi fazer o levantamento junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, bem como a Diretoria Regional de Ensino onde se localizam as salas de recursos mantidas por essas instituições, a fim de observar se as atividades pedagógicas desenvolvidas vêm contribuindo para o ingresso, sucesso e permanência dos(as) estudantes deficientes visuais matriculados na escola regular.

Ao propor ir a campo, estudar um determinado aspecto, investigar em um respectivo tema o pesquisador deve ter em mente a descrição do local, os sujeitos a serem observados e quais são suas impressões da situação social que se pretende investigar. Tudo isso é possível quando “[...] ao se observar um evento, depara-se com diferentes discursos verbais, gestuais e expressivos. [...] O enfoque sócio-histórico é que principalmente ajuda o pesquisador a ter essa dimensão da relação do singular com a totalidade, do individual com o social” (FREITAS, 2002: 08).

As observações, bem como nossas percepções, se deram no espaço pedagógico das salas de recursos. Desse modo, a observação participante “é realizada de dentro de uma dada situação. Senão como membro nato da situação observada, pelo menos como membro aceito pelos demais partícipes” (SPINK, 2007: 09).

Ao lançar mão da pesquisa de cunho qualitativo, principalmente quando o investigador opta pela observação, o mesmo deverá ter em mente que a observação qualitativa, de acordo com André e Ludke (ANDRÉ; LUDKE, 1986) significa:

[...] determinar com antecedência “o quê” e “o como” observar. A primeira tarefa, pois, no preparo das observações é a delimitação do objeto de estudo. Definindo-se claramente o foco da investigação e sua configuração espaço-temporal, ficam mais ou menos evidentes quais aspectos do problema serão cobertos pela observação e qual a melhor forma de captá-los. Cabem ainda nessa *etapa* as decisões mais específicas sobre o grau de participação do observador, a duração das observações etc. (p.25-26)

Após dois meses observando e entrevistando as docentes, em salas de recursos de São Carlos/SP, lançamos mão de alguns instrumentos de coletas de dados.

Nossa opção para coleta dos dados foi a observação, cujos instrumentos utilizados se consubstanciaram em diários/notas de campo que são “o relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no decurso da recolha e refletindo sobre os dados de um estudo qualitativo” (BOGDAN; BIKLEN, 1994: 150).

Outro procedimento foi fazer um período de observação posteriormente relatado em notas de campo com nossas percepções acerca das atividades desenvolvidas nessas salas. As notas de campo, de acordo com os autores (BOGDAN; BIKLEN 1994):

(...) consistem em dois tipos de materiais. O primeiro é descritivo, em que a preocupação é a de captar uma imagem por palavras do local, pessoas, ações e conversas observadas. O outro é reflexivo – a parte que apreende mais o ponto de vista do observador, as suas idéias e preocupações. (p.152)

Resultados e considerações

Após essa vivência durante dois meses observando e entrevistando docentes que atuam nas salas de recursos, foi possível chegar a algumas considerações. O processo de inclusão nas escolas da rede básica da cidade de São Carlos/SP vem ocorrendo não apenas pela implementação do sistema de ensino que ainda é precário, mas sim por outras instancias como:

- Identificamos nessa vivência que o apoio das famílias vem se configurando como um importante aliado ao processo de inclusão escolar dos(as) estudantes matriculados(as) no ensino regular;
- A inclusão desses(as) estudantes deficientes visuais também em muito se apóia nos colegas em sala de aula matriculados(as) no ensino regular;
- Finalmente, penso que a partir das nossas observações, bem como dos depoimentos das docentes que atuam nas salas de recursos, o processo de inclusão em essência e por excelência só vem ocorrendo mediante o suporte que essas salas de recursos dispensam no contra-turno a esses(as) estudantes com deficiência visual matriculados(as) no ensino regular em escolas da rede básica, tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio da cidade de São Carlos/SP.

Nossa reflexão nesse estudo, permite perceber o quanto os(as) docentes que estão ministrando aulas no ensino regular precisam de formação, preparação e habilitação para trabalhar com pessoas em situação de deficiência, em especial, quando essas são deficientes visuais. Nesse sentido, somos defensores de que o sistema educacional possa oferecer serviços de suporte como o ensino itinerante; o ensino colaborativo; a consultoria colaborativa e a sala de recursos, objeto desse estudo.

Referências

- ALMEIDA, M. A. de; ROCHA, M. M. Ensino itinerante para deficientes visuais: um estudo exploratório. **Rev. bras. educ. espec.** v.14 n.2 Marília maio/ago. 2008.
- ARNAL, L. de S. P.; MORI, N. N. R. A prática pedagógica nas salas de recursos. In: 16o. Congresso de leitura do Brasil, 2007, Campinas. **16o. Congresso de leitura do Brasil - Textos Completos.** Campinas : Alb-Fae/UNICAMP, 2007. v. 1. p. 1-10.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação.** Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.
- COSTA, V. B. **A Prática Social da Convivência Escolar Entre Estudantes Deficientes Visuais e seus Docentes:** o estreito caminho em direção à inclusão. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- ESPAÑA. Conferência Mundial de Educação Especial, Salamanca. **Regras Padrões sobre Igualização de oportunidades para Pessoas com deficiências.** Salamanca, 1994.
- JANNUZZI, G. S. de M. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil.** Campinas: Editores Associados, 1992.

KIRK, S. A.; GALLAGHER, J. J. **Education exceptional children**. Boston: Houghton Mifflin Company, 1987.

MAZZOTTA, M. J. da S. **Fundamentos da educação especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.

NEGRINE, A. S. Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa. In: MOLINA N. V.; TRIVIÑOS, A. N. S. (Org.). **A pesquisa Qualitativa na Educação Física: alternativas metodológicas**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Sulina, 2004.

NÓVOA, A. Diz-me como ensinas, dir-te-ei quem és e vice-versa. IN: FAZENDA, I (Org.). **A pesquisa em Educação e a transformações do conhecimento**. Campinas: Papyrus, 1997, 2a.ed.

PRIETO, R. G.; SOUSA, S. M. Z. L. **Educação especial: o atendimento em salas de recursos na rede municipal de São Paulo**. Educação (UFSM), v. 32, p. 375-396, 2007.

SILVA, F. de C. T. Espaços, Tempos e Professores das salas de recursos e das salas comuns: expressões de cultura escolar. In: 29ª Reunião Anual da ANPEd, 2006, Caxambú-MG. **Educação, Cultura e Conhecimento na Contemporaneidade: desafios e compromissos**. Rio de Janeiro: ParkGraf Editora Ltda, 2006. p. 1-15.

TAILÂNDIA. **Conferência Mundial Sobre Educação Para Todos**. Jomtien, 1990.

VIÑAO FRAGO, A. **Tiempos Escolares, Tiempos Sociales**. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.